

**RDM**

# AMAZÔNIA LEGAL

BIOECONOMIA SUSTENTÁVEL, ESTADOS & MUNICÍPIOS



## Um presidente norte-americano na selva

**Joe Biden** marca legado climático  
histórico com viagem à Amazônia



IPCMI  
ISSN: 1518072  
9 1173 7748 07006 0 0 20  
ANO XXVII | NOVENBRO | EDIÇÃO 03 | 2024



**ENTREVISTA**  
Deputado Airton Faleiro  
"Chegou a vez da  
Amazônia".



**Amazônia, Patrimônio  
Mundial**  
Ex-ministro alerta que  
países querem se apoderar  
de nossa floresta.

# JORNAL DO ÔNIBUS



# 29 anos

Rodando notícias da baixada cuiabana!

**JOÃO PEDRO MARQUES**  
CEO

**Artur Dias da Fonseca**  
DIRETOR PRESIDENTE

**Shelry Pereira**  
DIRETORA EXECUTIVA

**João Orozimbo Negrão**  
COORDENADOR EDITORIAL

**Vanessa Moreno**  
EDITORA

**Márcio Brandão do Carmo**  
EDITOR DE ARTE

**Doralice Jacomazi**  
REVISÃO

REDAÇÃO

Repórteres: **Carolina da Costa Lima,**  
**Humberto Azevedo, Jean Gusmão e**  
**Tchelo Figueiredo (fotografia)**

CONSELHO EDITORIAL

**João Pedro Marques** (coordenador),  
**João Negrão** (presidente), **Shelry**  
**Pereira, Vanessa Moreno, Márcio**  
**Brandão do Carmo**

TEXTOS

**ADALBERTO LUIZ VAL, HUMBERTO**  
**AZEVEDO, JACQUES MARCOVITCH,**  
**JOÃO PEDRO MARQUES, LIANA**  
**MELO, MELISSA ROCHA, VINÍCIUS**  
**TONDOLO, AGÊNCIA BRASIL, AGÊNCIA**  
**CÂMARA, AGÊNCIA SENADO,**  
**AGÊNCIA CNJ.**

FOTOGRAFIA

**HUMBERTO AZEVEDO, AGÊNCIA CNJ,**  
**AGÊNCIA CÂMARA, AGÊNCIA**  
**SENADO, AGÊNCIA BRASIL.**

REDAÇÃO:

(65) 3623-1170 / 3622-2310  
redação@revistardm.com.br

RDM AMAZÔNIA LEGAL  
NÃO SE RESPONSABILIZA POR  
MATÉRIAS E ARTIGOS ASSINADOS, QUE  
NÃO REFLETEM NECESSARIAMENTE A  
OPINIÃO DA REVISTA. AS MATÉRIAS  
ESPECIAIS PUBLICADAS NA RDM SÃO  
DE COLABORAÇÃO DE SEUS AUTORES E  
CEDIDAS ESPONTANEAMENTE, SEM  
FINS LUCRATIVOS.

COMERCIAL/MÍDIA:

**ARTUR DIAS DA FONSECA NETO**  
(65) 3623-1170  
(65) 99682-1470

midia@revistardm.com.br  
comercial@revistardm.com.br

ADMINISTRATIVO CENTRAL  
(65) 3623-1170

A REVISTA RDM AMAZÔNIA LEGAL  
É PUBLICAÇÃO

## CARTA DO EDITOR

### Uma disputa pela Amazônia

O ainda presidente norte-americano Joe Biden esteve no dia 17 de novembro na Amazônia brasileira, um dia antes de chegar ao Rio de Janeiro para participar da Cúpula do G-20, o grupo dos 20 países com as maiores economias do mundo. Biden passou um dia inteiro em Manaus (AM), onde se reuniu com lideranças indígenas, ambientalistas e autoridades locais.

Foi a primeira vez na história que um presidente dos Estados Unidos com mandato visitou a Amazônia. Isso por uma leva de outros ex-presidentes já terem feito em outras eras. A visita representou um marco não apenas nas relações dos EUA com o Brasil como

nos investimentos norte-americanos no meio ambiente, lá e aqui, e em parcerias estratégicas com o Estado brasileiro.

Biden fez de tudo para contrapor a histórica visita de Xi Jinping, que acabou por estabelecer um amplo leque de acordos bilaterais com o presidente Lula, fortalecendo a parceria de 50 anos entre Brasil e China. O norte-americano tentou fazer o mesmo, abrindo generosamente o cofre para parcerias com o Brasil, especialmente em relação à Amazônia.

**Este é o tema central desta edição.  
Boa Leitura.**

Atenciosamente,  
**João Orozimbo Negrão**

## SUMÁRIO

### CAPA | Joe Biden

**04 | OPINIÃO | Jacques Marcovitch e Adalberto Luiz Val**

**06 | BASTIDORES DA REPÚBLICA  
João Pedro Marques**

**08 | ENTREVISTA I - Airton Faleiro**

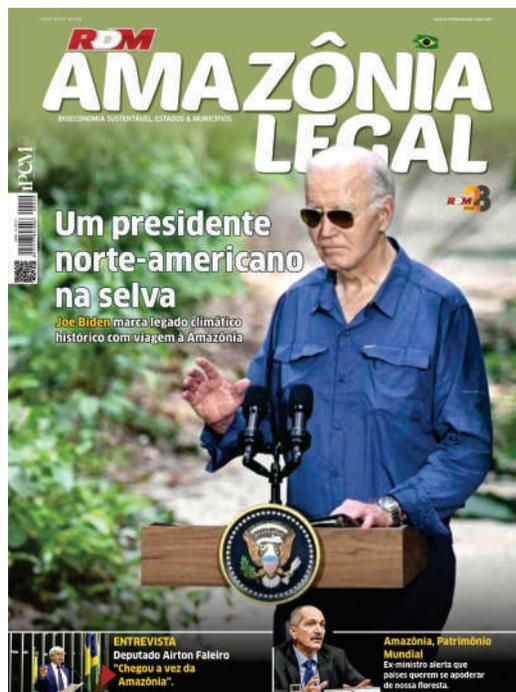
**08 | ENTREVISTA II - Marco Aurélio Barcelos**

**12 | JOE BIDEN NA AMAZÔNIA**

**20 | AMAZÔNIA COBIÇADA**

**21 | PETRÓLEO NA FOZ DO AMAZONAS**

**22 | OPINIÃO | Vinicius Tondolo**



# Como salvar vidas na Amazônia



■ Por Jacques Marcovitch e Adalberto Luiz Val

**M**ilhões de vidas estão em situação de risco iminente na Amazônia, conforme alertas da Fiocruz e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Dois temas, insegurança alimentar e insegurança pública, estão aqui apresentados lado a lado, porque revelam interdependência: para a descontaminação dos rios, a preservação ambiental e a garantia do bem-estar da população, é essencial a erradicação da violência e o combate ao crime.

O relatório da Fundação Oswaldo Cruz, coordenado pelos cientistas Paulo Cesar Basta e Sandra de Souza Hacon, é um guia para estudos imediatos. Todos os dias, milhões de habitantes ribeirinhos da Amazônia, um dos maiores ativos ambientais do planeta, se nutrem de alimentos contaminados. O peixe, sua alimentação básica e cotidiana, é contaminado pelo mercúrio despejado nos rios que atravessam a região. Morte lenta e gradual, ocasionada por mãos

assassinas de bandidos em busca de ouro. Para facilitar seu trabalho, os garimpeiros ilegais derramam esse metal líquido prateado, denso e fatal, nas principais reservas de água doce do mundo.

Imagens captadas pela organização MapBiomas revelam que as bacias mais afetadas pelo assoreamento dos rios e contaminação das águas foram as do Amazonas (o famoso rio-mar), Tapajós, Teles Pires, Jamanxim e Xingu. Em 2022, o garimpo ilegal teve um incremento de 265% em relação aos anos anteriores. Isso significa uma área de 35 mil hectares. Para que se tenha ideia da monumentalidade criminosa, basta dizer que as leis ambientais brasileiras não permitem que cada concessão ultrapasse cinquenta hectares. Isso mesmo, apenas cinco dezenas. Mas, durante quatro anos, todas as leis e multas foram, na prática, anuladas.

Evandro Chagas e a Universidade

Federal de Roraima (UFRR) uniram-se em um estudo sobre a contaminação dos rios no território indígena Yanomami. Os peixes recolhidos em vários pontos da bacia do Rio Branco tinham concentrações de mercúrio bem maiores ou no limite fixado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). Foi detectado que os peixes barba-chata, coroataí, filhote, piracatinga e pirandirá, carnívoros, apresentam riscos elevadíssimos, e deles somente podem ser consumidos cinquenta gramas, uma vez por mês. Também apresentam alto risco os peixes dourado, mandubé, pescada, tucunaré e piranha-preta, requerendo baixo consumo.

Em síntese, a presença de garimpos em terras indígenas não traz riqueza e desenvolvimento às comunidades. Pelo contrário, deixa um legado de enfermi-

dades e problemas ambientais que contribuem para perpetuar o ciclo de pobreza, miséria e desigualdade na Amazônia.

### O que fazer?

O que é urgente e efetivo é a proteção integral dos rios. Isso quer dizer aumento da fiscalização, bloqueio das vias de acesso do garimpo, destruição das pistas de pouso, veículos e maquinário dos infratores, além de prisão em flagrante. Essas práticas, naturalmente, devem ser levadas a efeito em paralelo com a busca de tecnologias limpas.

Por meio do Global Mercury Partnership, almeja-se a disseminação de boas práticas para a descontaminação das águas na região. Merece destaque a experiência praticada nos arredores do Tapajós, onde os mineiros locais são treinados visando à redução do uso do mercúrio e à recuperação ambiental.

Instituições do saber científico no Brasil unem-se na defesa da Amazônia. USP, UFPA e Inpa e abordam no Pensa Brasil 2024 as questões levantadas e outros desafios na região. A Embrapa Florestas, a Unicamp, a UFMT, a UEM e a Coogavepe pesquisam os efeitos de quatro bioextratos produzidos a partir de uma árvore nativa da Amazônia, conhecida como pau-de-balsa (Ochroma pyramidale) como tecnologia livre de mercúrio na mineração de ouro.

Em complemento, pesquisadores da Chalmers University of Technology, na Suécia, conceberam um processo eletroquímico para tratar rios contaminados por mercúrio. A solução está em um eletrodo que atrai para si os metais pesados e purifica as águas. O novo método torna possível reduzir as impurezas em 99%. O trabalho foi publicado na revista Nature Communications.

No que se refere à saúde, é preciso incluir médicos que abordem os efeitos da exposição crônica e aguda ao mercúrio, especialistas em saúde pública que analisem padrões de grandes populações e sociólogos e antropólogos que estudem os impactos decorrentes da prospecção e extração de ouro.

### Insegurança pública

Na Amazônia brasileira, o cenário é preocupante e exige uma política de segurança pública em condições de cortar o mal pela raiz. Um desses estudos é Cartografias da Violência na Amazônia. Apoiado em mapas, quadros, gráficos e



tabelas repletas de informações auditáveis, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública aponta o território em disputa neste infernal mercado de violência, suas dinâmicas, redes, efeitos ambientais e sociais e capacidades a explorar para o seu urgente enfrentamento. A invasão do crime organizado ocupou 23% do território da Amazônia Legal, adotando procedimentos iguais ou até mais nocivos do que aqueles que essas mesmas facções aplicam nas favelas metropolitanas.

Este relatório oferece indicadores preocupantes: nas cidades caracterizadas como “urbanas” da Amazônia, a taxa de mortes por violência é de 35,1 por 100 mil habitantes, 52% a mais do que a média nacional, enquanto nos municípios ditos “rurais”, por sua proximidade ao campo, a taxa média de homicídios superou em 38% a média do País, chegando a 31%.

O feminicídio fez-se rotina na Amazônia e exige combate por todos os meios, que convergem, na justa medida, repressão, educação e, sobretudo, ações preventivas, além do pronto apoio às vítimas em situação de risco. Nos municípios amazônicos, este crime apresenta uma taxa de 1,8 para cada 100 mil mulheres – superior à sinistra média nacional, de 1,4 por 100 mil.

### O que fazer?

Quando se fala em Política Nacional de Segurança, é imperiosa a urgência de um modelo específico para tratar os conflitos da Amazônia. A região, por suas peculiares características geográficas, econômicas, sociais e culturais, é como um país à parte, exigindo normas próprias, embora emanadas, como estabelece a Constituição, dos mes-

mos poderes centrais. Trata-se de um ecossistema a ser monitorado com dados mais precisos sobre demografia, trabalho e condições de vida, rastreadibilidade e acesso aos benefícios por parte das comunidades das florestas dedicados à bioeconomia de produtos não madeireiros. A experiência de uma “Casa de Governo”, instalada para monitorar as invasões de garimpeiros, poderia ser replicada no território amazônico para desconstruir as ações do crime organizado.

### Conclusão

Promover o bem-estar humano e a conservação da natureza na Amazônia é a missão da Estratégia Nacional de Bioeconomia, instituída no Decreto 12.044 de 5/6/24. Trata-se de uma estratégia para o fortalecimento das cadeias de valor sustentáveis, visando estimular atividades geradoras de emprego e renda para os habitantes da floresta, permanentemente ameaçados pelo crime organizado e envenenados pelo mercúrio espalhado nos rios. A implementação da Estratégia Nacional de Bioeconomia depende da articulação de esferas de governo, incluídos os órgãos responsáveis pela segurança pública, com organizações da sociedade civil e entidades privadas. Uma articulação que exige governança adequada para eleger prioridades, determinar responsabilidades e selecionar métricas de monitoramento para a ampla divulgação dos seus resultados e impactos.

\* Jacques Marcovitch, professor da USP, e Adalberto Luiz Val, pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia

## Maioria da bancada de Roraima quer que TSE julgue governador



Mais de 60% da bancada federal de Roraima pediu que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) julgue o processo, em tramitação naquela Corte, que pode levar o governador roraimense Antonio Denarium (PP) à cassação. O pedido foi feito pelos deputados Albuquerque (Republicanos-RR), Duda Ramos (MDB-RR), Gabriel Mota (Republicanos-RR), Helena Lima (MDB-RR) e Nicoletti (União Brasil-RR). Todos eles cobraram por parte da justiça eleitoral celeridade no julgamento do processo que pode levar à cassação do governador Denarium, que já permanece sem decisão há mais de um ano naquela Corte. Eles argumentam que a demora em decidir, ou não, pela cassação oferece instabilidade jurídica – o que, segundo eles, vem prejudicando a economia local.

## Comissão do Senado aprova proposta que autoriza obras na Amazônia



A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou o Projeto de Lei (PL) 4096/24, que destina recursos de antigos fundos regionais para obras do Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC) na Amazônia e no Nordeste. O texto recebeu relatório favorável do senador Fernando Farias (MDB-AL) e segue para a Câmara dos Deputados, se não houver recurso para votação no plenário do Senado Federal. De autoria da senadora Augusta Brito (PT-CE), a medida pode direcionar até R\$ 1,5 bilhão para as obras de infraestrutura nas duas regiões. O projeto altera a Lei 14165, de 2021, que incentivava empresas a quitar dívidas com os fundos de investimento da Amazônia (Finam) e do Nordeste (Finor). A norma também autoriza a recompra de cotas pelos próprios fundos, a fim de que sejam liquidados.

## Áreas prioritárias são planejamento e operações de fiscalização

Entre as áreas prioritárias de cooperação estão o planejamento e a execução de operações de fiscalização em áreas limítrofes, o compartilhamento de informações sobre emergências climáticas e ilícitos ambientais, a integração de sistemas de gestão ambiental, e a intensificação de estratégias para captação de recursos no combate

ao desmatamento. A iniciativa prevê ainda a elaboração de um Acordo de Cooperação Técnica e um Plano de Trabalho detalhado em até 60 dias, reforçando o compromisso dos estados com o alinhamento estratégico e a coordenação institucional para proteção da Amazônia Legal.





## Estados amazônicos firmam carta de intenções para combate ao desmatamento e incêndios florestais



Os nove estados que compõem a Amazônia Legal brasileira (Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins) assinaram, em 16 de novembro, em Baku, no Azerbaijão, uma Carta de Intenções para reforçar a cooperação interestadual no combate ao desmatamento ilegal e incêndios florestais, fortalecendo ações conjuntas no âmbito do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal. O documento foi firmado pelos secretários de Meio Ambiente e destaca a importância de esforços integrados para a construção de uma Amazônia mais sustentável, com iniciativas que promovam o desenvolvimento de baixas emissões de gases de efeito estufa, o fortalecimento da bioeconomia e a adoção de soluções financeiras inovadoras.

## Arrecadação federal cresce 9,77% em outubro, recorde para o mês, diz Receita



A Receita Federal divulgou que a arrecadação de impostos e contribuições federais alcançou R\$ 247,92 bilhões em outubro, representando um crescimento real de 9,77% em relação ao mesmo mês do ano anterior. Este é o melhor resultado para outubro desde o início da série histórica, em 1995. No acumulado de janeiro a outubro de 2024, a arrecadação totalizou R\$ 2,182 trilhões, registrando um aumento real de 9,69% em comparação com o mesmo período de 2023. Este montante também estabelece um recorde para os primeiros dez meses do ano. O desempenho positivo da arrecadação é atribuído a diversos fatores, incluindo o aumento da massa salarial, o crescimento das importações e a retomada da tributação sobre combustíveis.

## DITO & FEITO

“Tudo sugere que estivemos mais próximos do que imaginávamos do unimaginável. O que é possível dizer é que o golpismo, o atentado contra as instituições e contra os agentes públicos que as integram nada tem a ver com ideologia e opções políticas. É apenas a expressão de um sentimento antidemocrático e de desrespeito ao Estado de Direito. Estamos falando de crimes previstos no Código Penal.”

*Ministro Luiz Barroso, presidente do STF.*

“O ministro Alexandre de Moraes conduz todo o inquérito, ajusta depoimentos, prende sem denúncia, faz pesca probatória e tem uma assessoria bastante criativa. Faz tudo o que não diz a lei. Tem que ver o que tem nesse indiciamento da PF. Vou esperar o advogado. Isso, obviamente, vai para a Procuradoria-Geral da República. É na PGR que começa a luta. Não posso esperar nada de

uma equipe que usa a criatividade para me denunciar.”

*Ex-presidente Jair Bolsonaro, depois de indiciado pela PF.*

“Esse negócio constrange (...) Interessa às Forças Armadas que [a participação de militares no caso] seja esclarecido para colocar a culpa no CPF e não no CNPJ.”

*Ministro José Múcio, da Defesa.*



## “Tenho impressão de que agora no governo Lula chegou a vez da Amazônia”

A afirmação é do deputado petista paraense, em entrevista exclusiva ao portal RDM News, que a revista Amazônia Legal reproduz abaixo

■ Por Humberto Azevedo

**E**m entrevista exclusiva à reportagem do Grupo RDM, que a revista Amazônia Legal reproduz nesta edição, o deputado federal Airton Faleiro (PT-PA) afirmou que tem a “impressão de que agora”, na terceira gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à frente do governo federal, “chegou a vez da Amazônia”. A declaração do petista paraense ocorre a partir da observação de um cenário parecido que aconteceu no Nordeste nos dois primeiros governos Lula, entre 2003 e 2010.

A fala de Faleiro aconteceu após ele acompanhar, no dia 21 de novembro, o lançamento por parte do governo federal da Política Nacional de Otimização de Contratos de Concessão

Rodoviária, que funcionará em parceria entre o Ministério dos Transportes, a Advocacia-Geral da União (AGU), a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e o Tribunal de Contas da União (TCU). O referido programa tem como meta dobrar a malha rodoviária hoje situada em 30 mil quilômetros e gerar investimentos, até 2026, de R\$ 110 bilhões.

“O governo brasileiro está dando sinais claros com esses investimentos e essas obras de que nós vamos integrar a Amazônia ainda mais num programa nacional de desenvolvimento do país, onde a nossa região vai ter lugar de destaque. Não apenas como corredor de exportação, não apenas como interligação nacional e internacional,

“

*Na Amazônia, nós ainda nos ressentimos de que a gente continuava sendo secundarizado, continuava sendo, digamos assim, marginalizado das grandes ações e obras e dos grandes programas do governo federal. Agora não, o nosso sentimento é diferente. Não é porque agora a COP30 vai acontecer lá, mas isso também. Levar a COP30 para a Amazônia é valorizar o debate global sobre a importância da Amazônia”*

mas com atendimento de políticas que atendem às necessidades dos povos da Amazônia”, destacou Faleiro à reportagem do Grupo RDM.

**Abaixo, segue a breve entrevista que o deputado Faleiro concedeu aos veículos de imprensa do grupo RDM.**

**RDM: Qual a importância desse anúncio do acordo entre o TCU, Governo Federal, Ministério do Transporte? Ele pode ser estendido aos demais Ministérios de Infraestrutura?**

**Airton Faleiro:** Olha, eu vou falar na condição de parlamentar, que tem uma interlocução direta com as demandas da sociedade, em especial nas rodovias federais. Esse anúncio aqui nos passa a segurança de que, digamos assim, as obras vão acontecer, de que o que vai prevalecer não é uma briga jurídica, uma briga política entre o sistema de controle e fiscalização, com as empresas ou com o governo. Esse entendimento de buscar consenso em contratos parados, em obras que são muito necessárias para a população, é maravilhoso, porque isso nos passa a esperança de que nós vamos sair da paralisia das obras para a realização das obras e o foco aqui foi em atender ao que faz bem para o cidadão e para a cidadã brasileira. Eu saio daqui bastante animado.

**RDM: Teve um encontro bilateral gigantesco entre o Brasil e a China, entre Lula e o presidente Xi Jinping, e o Brasil anunciou a sua adesão plena à Rota da Seda. Pontualmente aderiu à Rota da Seda, mas de maneira plena. O que falta para acontecer essa adesão? Se é que vai acontecer ou não?**

**Airton Faleiro:** Vejamos, nós primeiro temos que comemorar o sucesso que foi o G20, o que foi essa reunião bilateral do Brasil com a China. Muitos contratos, muitos convênios, muitos acordos assinados. No que tange à Rota da Seda, o que aconteceu é que a China tem uma proposição e o Brasil não tem uma concordância com a totalidade do que a China propôs. Eu não tenho nenhuma dúvida de que o Brasil assinará, mas também colocando e preservando as questões que o Brasil tem discordância. Mas eu acho que o balanço é muito positivo do que aconteceu.



“

*Temos que comemorar o sucesso que foi o G20, o que foi essa reunião bilateral do Brasil com a China. Muitos contratos, muitos convênios, muitos acordos assinados. No que tange à Rota da Seda, o que aconteceu é que a China tem uma proposição e o Brasil não tem uma concordância com a totalidade do que a China propôs”*

**RDM: O senhor é um deputado da Amazônia, da região Norte do país. Esses acordos assinados entre o Brasil e a China e esse anúncio de hoje, qual é a importância disso para a Amazônia?**

**Airton Faleiro:** Olha, eu tenho impressão de que agora no governo do presidente Lula chegou a vez da Amazônia. Isso já ocorreu no Nordeste brasileiro. Nos outros governos, do Lula e da Dilma, o Nordeste brasileiro passou a ser visto como uma região que historicamente ficou secundarizada das políticas públicas, dos investimentos, e ele entrou como uma região prioritária para corrigir as desigualdades. Na Amazônia, nós ainda nos ressentimos de que a gente continuava sendo secundarizado, continuava sendo, digamos assim, marginalizado das grandes ações e obras e dos grandes programas do governo federal. Agora não,

o nosso sentimento é diferente. Não é porque agora a COP30 vai acontecer lá, mas isso também. Levar a COP30 para a Amazônia é valorizar o debate global sobre a importância da Amazônia. E vamos aproveitar desse debate e o governo brasileiro está dando sinais claros, com esses investimentos e essas obras, que nós vamos integrar a Amazônia ainda mais num programa nacional de desenvolvimento do país, onde a nossa região vai ter lugar de destaque. Não apenas como corredor de exportação, não apenas como interligação nacional e internacional, mas com atendimento de políticas que atendem às necessidades dos povos da Amazônia. Esses acordos nos passam muita esperança nesse sentido. Vamos cuidar da Amazônia, vamos cuidar da infraestrutura, mas vamos cuidar da socioeconomia da Amazônia.



## “Mercado de concessões no Brasil saltará de 30 mil para 60 mil quilômetros”

Quem afirma é o dirigente da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias, Marco Aurélio Barcelos, em entrevista exclusiva para a reportagem do **Grupo RDM**

■ Por Humberto Azevedo

O presidente da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR), Marco Aurélio Barcelos, afirmou que o “mercado de concessões no Brasil saltará de 30 mil para 60 mil quilômetros”, graças ao Programa de Otimização de Contratos de Concessão Rodoviária apresentado pelo governo brasileiro. Barcelos reforça que a iniciativa, que contará com o aval do Tribunal de Contas da União (TCU), é revolucionária.

O dirigente da ABCR acredita, ainda, que, com a Política de Otimização de Contratos de Concessão anunciada pelo ministro dos Transportes, o senador licenciado Renan Filho (MDB-AL), será possível mobilizar “algo próximo de R\$ 150 bilhões nas rodovias do Brasil”. A

“

*O mercado de concessões no Brasil saltará de 30 mil para 60 mil quilômetros. Talvez seja o mercado de infraestrutura em maior expansão do mundo. Esses 60 mil quilômetros farão com que nós mobilizemos algo próximo de R\$ 150 bilhões nas rodovias do Brasil. É uma transformação, é uma revolução”*

ABCR atua como representante do setor de concessões de rodovias e, atualmente, possui 56 empresas privadas associadas a ela, que operam em 14 estados brasileiros.

“Vivemos o melhor momento das concessões de rodovias. As rodovias do Brasil estão caminhando para se tornarem orgulho dos brasileiros. Há muitos desafios, mas o trabalho está sendo realizado na direção correta. O Brasil lidera a agenda de concessão de rodovias no planeta Terra. Investidores de todos os países têm olhado para o Brasil. A qualidade dos projetos que temos hoje é inigualável. O Brasil se tornou hoje importador de capital. Ele atrai a atenção do mundo e exporta inteligência regulatória”, frisou o executivo durante o discurso que fez durante a cerimônia realizada no Palácio do Planalto.

“Mentes de todo o mundo têm se voltado para o Brasil, para examinar aquilo que tem sido feito. O mercado de concessões no Brasil saltará de 30 mil quilômetros para 60 mil quilômetros. Talvez seja o mercado de infraestrutura em maior expansão do mundo. Esses 60 mil quilômetros farão com que nós mobilizemos algo próximo de R\$ 150 bilhões nas rodovias do Brasil. É uma transformação, é uma revolução”, completou Marco Aurélio Barcelos durante o pronunciamento.

Depois da realização da cerimônia, Barcelos concedeu entrevista com exclusividade para a reportagem do Grupo RDM, explicando – em sua visão – como funcionará a Política de Otimização de Contratos de Concessão, que conta também com apoio da Advocacia-Geral da União (AGU) e da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

**Grupo RDM: Presidente da ABCR, qual é a importância desse evento hoje aqui, não só para o setor do transporte rodoviário, mas como o ministro da Casa Civil, Rui Costa, falou, também pode ser estendido para toda a malha de infraestrutura, não é?**

**Marco Aurélio Barcelos:** É, esse evento marca o momento que a gente está vivendo, que é o momento do diálogo, é o momento do consensualismo, como remédios para contratos que vinham carregando problemas há anos. Então, seja contratos de concessão de rodovias, contratos de concessão de aeroportos e de outros setores da infraestrutura, eles vinham sangrando, vinham não entregando os serviços, por diversas razões, os concessionários também se frustrando em relação a esses contratos. Em suma, havia frustrações generalizadas por todos os lados, conseguiu-se descobrir uma fórmula, conseguiu-se descobrir um remédio que tornasse esses contratos, agora, contratos que entregam, contratos que levam os usuários àquilo que os usuários querem, que é serviço de qualidade.

**Grupo RDM: Esse mecanismo que foi anunciado hoje é a busca por consenso, um consenso do Poder Judiciário, dos órgãos de fiscalização e do governo federal. Assim, esse consenso vai beneficiar todas as regiões, de maneira geral, ou tem alguma que pode ser mais beneficiada?**



**Marco Aurélio Barcelos:** Os contratos passam por diversos estados, então nós temos, por exemplo, no caso das rodovias, estados como Minas Gerais, como Paraná, como Rio Grande, como Mato Grosso, como Rio de Janeiro, e evidentemente a população desses estados vai se beneficiar. Há também contratos na Bahia, então há um esforço grande de fazer com que esses contratos possam entregar os seus resultados. É o consenso, o que significa o consenso? É uma ferramenta em que o Tribunal de Contas, o Ministério, a Agência Reguladora sentam, avaliam os problemas históricos desses contratos e em conjunto constroem essas soluções, que vão desde alterações no cronograma de investimentos, revisita o prazo dos próprios contratos, revisita a tarifa desses contratos, mas com o intuito de torná-los sustentáveis e viáveis.

**Grupo RDM: De maneira didática, para explicar para o leitor, que está lá na ponta, como é que a vida dele pode melhorar com essa iniciativa? Por exemplo, uma rodovia que foi entregue, a BR-116 do Espírito Santo a Bahia, é cobrado um pedágio e o contribuinte que paga o pedágio lá não vê a melhoria, não vê a duplicação e tal, e como que vai resolver isso na ponta?**

**Marco Aurélio Barcelos:** É, eu citaria um contrato como a [empresa] Fluminense, no Rio de Janeiro, que é a BR-101, que corta o estado do Rio. O que nós tivemos

ali? Uma frustração grande de receita. O que significa? A concessionária entrou no leilão, ela imaginava que teria uma condição de movimentação de carga, de movimentação de pessoas muito maior do que acabou acontecendo. Ela não conseguiu, em razão disso, realizar esses investimentos. O usuário passa pela praça de pedágio, paga a tarifa e não vê os serviços, ou os serviços que ele vê não são aqueles que haviam sido imaginados originalmente. Com a tentativa de buscar essa solução, junto com o Tribunal de Contas, junto com o Ministério, o que se está colocando na mesa? Investimentos no curto espaço de tempo. Em três anos, e esse é um dos condicionantes, uma das premissas de todos esses consensos ou acordos que estão sendo travados com a monitoria e fiscalização do Tribunal de Contas da União, em três anos nós teremos obras imediatamente sendo executadas. Para todos os contratos em crise, aqueles que forem renegociados ou otimizados, a gente vai ver trator na pista, a gente vai ver duplicação e a gente vai ver os efeitos disso em redução do custo e, o mais importante, segurança viária, preservação de vidas.

**Grupo RDM: Mas isso vai ser colocado na ponta, então? Vai melhorar?**

**Marco Aurélio Barcelos:** Vai melhorar, com certeza. Os investimentos vão acontecer e eles vão acontecer no curto espaço de tempo.

# Um presidente norte-americano na Amazônia

**Presidente Biden marca legado climático histórico com viagem à Floresta Amazônica do Brasil**

Da Redação

O presidente Biden anunciou que os EUA superaram sua meta de fornecer 11 bilhões de dólares por ano em financiamento climático internacional. Biden assinou uma proclamação designando o Dia Internacional da Conservação; e tornou-se o primeiro presidente dos EUA em exercício a visitar a Amazônia.

Desde o primeiro dia do governo Biden-Harris, a luta contra as mudanças climáticas tem sido uma causa definidora da liderança e da presidência do presidente Biden. Nos últimos quatro anos, o governo criou um novo manual que transformou o combate à crise climática em uma enorme oportunidade econômica – tanto em casa quanto no exterior.

Depois de liderar a ação doméstica mais significativa sobre clima e conservação da história e liderar os esforços globais para enfrentar a crise climática, o presidente Biden viajou para Manaus (AM), onde se reuniu com líderes indígenas e outros e se tornou o primeiro presidente dos EUA em exercício a visitar a Floresta Amazônica.

O presidente alavancou a liderança de nossa nação em ações domésticas de clima e conservação para ajudar a acelerar os esforços globais para combater e reverter o desmatamento e implantar soluções baseadas na natureza que



reduzam as emissões, aumentem a biodiversidade e construam resiliência a um clima em mudança.

Como parte do avanço dessa ambiciosa agenda climática e de conservação, o governo está investindo em esforços de conservação da Amazônia, gestão sustentável da terra e prevenção de incêndios florestais, além de fortalecer a colaboração de nossa nação com o Brasil, apoio às comunidades indígenas e esforços para combater o desmatamento ilegal na Amazônia e em todo o mundo.

Como parte de sua viagem histórica à Amazônia, o presidente Biden anunciou que os Estados Unidos cumpriram sua promessa histórica de aumentar o financiamento climático internacional dos EUA para mais de 11 bilhões de dólares por ano até 2024 – tornando os Estados Unidos o maior provedor bilateral de financiamento climático do mundo.

Isso representa um aumento de mais de seis vezes em relação aos 1,5 bilhão de dólares em financiamento climático que os EUA forneceram no ano fiscal 2021, ressaltando o sucesso do esforço de todo o governo do presidente Biden para aumentar o financiamento climático dos EUA nos últimos quatro anos.

E também inclui cumprir pelo segundo ano consecutivo sua promessa de aumentar o financiamento de adaptação dos EUA em seis vezes para mais de 3 bilhões de dólares por ano para ajudar países vulneráveis em todo o mundo a construir resiliência aos impactos das mudanças climáticas, como parte da implementação do Plano de Emergência do Presidente para Adaptação e Resiliência (PREPARE).

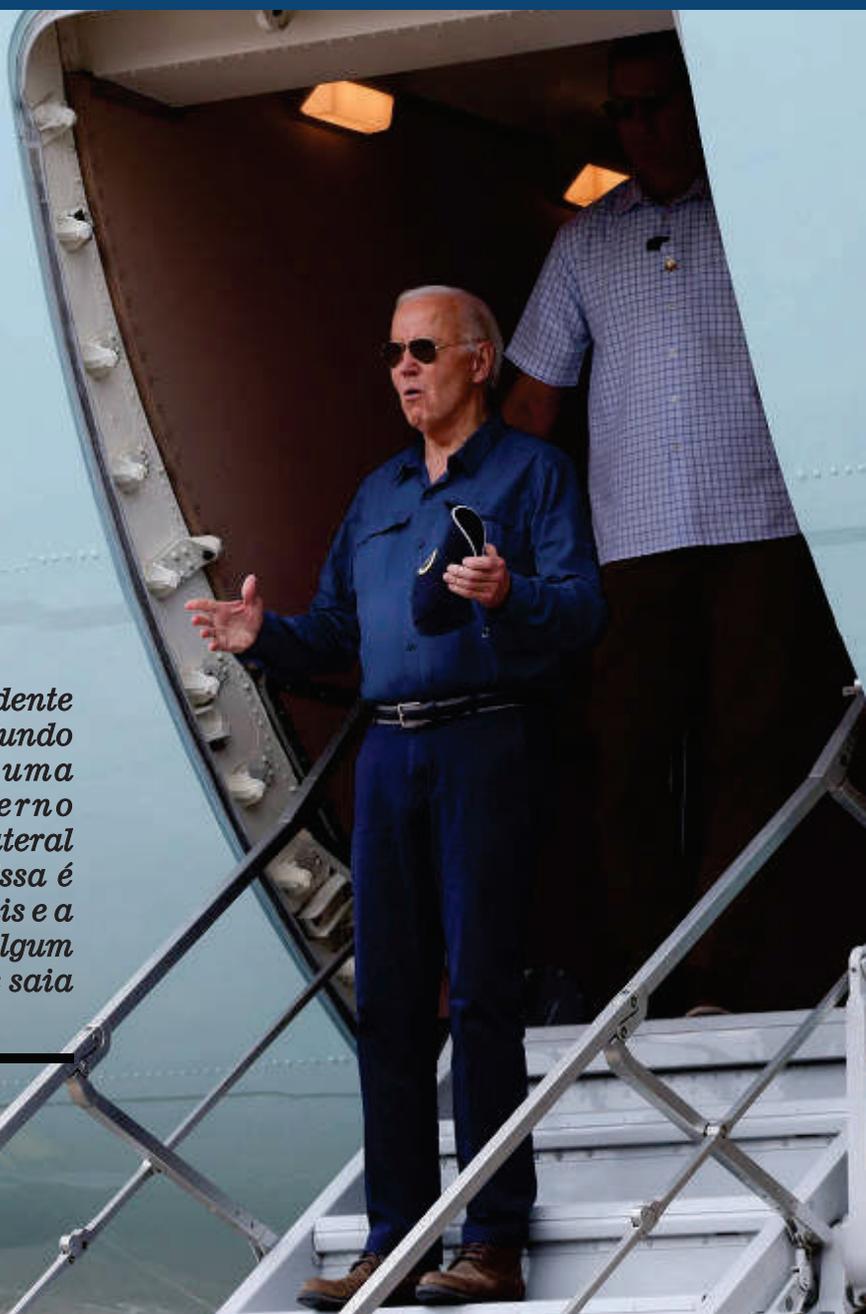
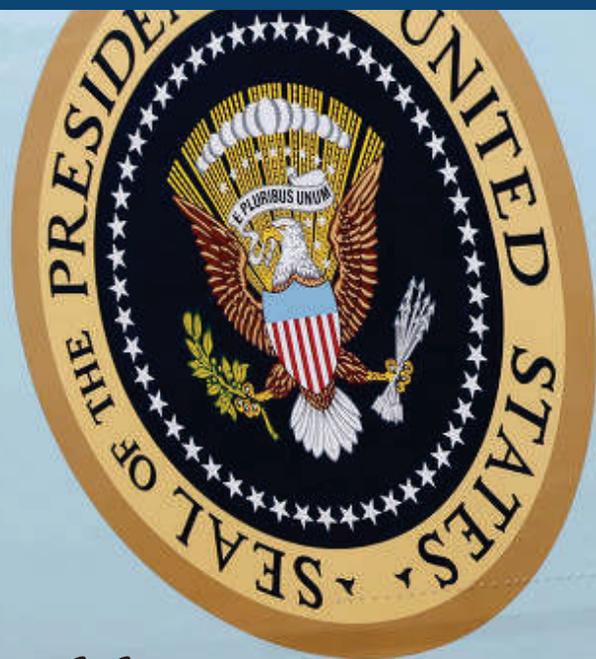
Isso ainda incluiu alcançar níveis recordes de investimentos climáticos por meio da Corporação Financeira de Desenvolvimento Internacional dos EUA (DFC) e do Banco de Exportação e Importação dos EUA (EXIM) – com o DFC atingindo 3,71 bilhões de dólares no ano fiscal 2024 e o EXIM aumentando seus investimentos para um recorde de 1,6 bilhão de dólares no ano fiscal 2024.



“*Nos últimos quatro anos, o governo criou um novo manual que transformou o combate à crise climática em uma enorme oportunidade econômica – tanto em casa quanto no exterior. Depois de liderar a ação doméstica mais significativa sobre clima e conservação da história e liderar os esforços globais para enfrentar a crise climática*”

O presidente Biden também assinou uma proclamação dos EUA designando 17 de novembro como o Dia Internacional da Conservação. A proclamação reconhece que a conservação é fundamental para proteger os meios de subsistência das pessoas que dependem das maravilhas naturais do nosso mundo, conservando nossos ecossistemas e vida selvagem, garantindo que nossas terras e águas possam ser desfrutadas pelas próximas gerações e ajudando a evitar os piores impactos das mudanças climáticas.

O compromisso do presidente Biden com a conservação de nossas florestas e o combate ao desmatamento global são fundamentais para a viagem. Nos últimos quatro anos, o governo liderou esforços para conservar mais de 45 milhões de acres de terras e águas; proteger florestas maduras e antigas em terras federais em nosso território; fortalecer as parcerias de reflorestamento em todo o país para apoiar as economias locais; combater o desmatamento global; e implantar soluções baseadas na natureza que reduzam as emissões,



“ *A notícia dada pelo presidente Biden, de que os EUA irão apoiar o Fundo Floresta Tropical para Sempre, uma proposta encabeçada pelo governo brasileiro para financiamento multilateral da proteção das florestas tropicais. Essa é uma demanda que os povos tradicionais e a Amazônia de Pé estão levantando há algum tempo, para que o Fundo efetivamente saia do papel*”

umentem a biodiversidade e criem resiliência diante das crescentes ameaças climáticas.

O governo Biden-Harris anunciou novos esforços para acelerar a ação global para conservar terras e águas, proteger a biodiversidade e enfrentar a crise climática, incluindo:

#### **50 milhões de dólares para o Fundo Amazônia**

Os Estados Unidos anunciaram 50 milhões de dólares para o Fundo Amazônia, o que elevará o total de contribuições dos EUA para o Fundo Amazônia para 100 milhões de dólares, sujeito a notificação do Congresso. Lançamento da Coalizão Brasil de

Financiamento da Restauração e da Bioeconomia. Os Estados Unidos, o BTG Pactual e mais de 12 parceiros anunciaram o lançamento da Coalizão Brasil para o Financiamento da Restauração e da Bioeconomia.

Esta Coalizão pretende mobilizar pelo menos 10 bilhões de dólares em investimentos públicos e privados para projetos relacionados à restauração de terras e bioeconomia até 2030, apoiando a conservação e restauração de pelo menos 5,5 milhões de hectares durante esse período e contribuindo para 1,5 gigatoneladas de reduções e remoções de emissões até 2050. Espera-se que pelo menos 500 milhões de dólares sejam investidos em projetos que apoiem povos indígenas e

comunidades locais na Amazônia brasileira.

#### **Novo investimento do DFC nos maiores projetos de reflorestamento da Amazônia**

O DFC está concedendo um empréstimo de 37,5 milhões de dólares à Mombak Gestora de Recursos Ltda., para apoiar o plantio em larga escala de espécies de árvores nativas em pastagens degradadas no Brasil, o que sequestrará carbono e permitirá a conservação da biodiversidade. A Mombak projetou uma abordagem inovadora e em larga escala para gerar créditos de “Redução de Emissões Verificadas (VER)” de alta qualidade,

adquirindo grandes extensões de pastagens degradadas no estado do Pará e regiões vizinhas, que serão plantadas com espécies de árvores nativas. Espera-se que essa atividade sequestre aproximadamente 5 milhões de toneladas métricas de CO2 ao longo de 50 anos, preservando a biodiversidade na região amazônica.

### **Suporte para o Fundo Florestas Tropicais para Sempre - FFTS**

Os Estados Unidos anunciaram seu apoio à visão ousada do presidente Lula de criar o FFTS – um novo fundo pioneiro de 125 bilhões de dólares que reflete tanto a urgência quanto a escala do desafio de conservar as florestas mais importantes do mundo. O FFTS atrairá capital privado substancial e fará uma contribuição significativa para a conservação das florestas tropicais. Os Estados Unidos estão anunciando apoio para ajudar a finalizar o trabalho técnico e analítico necessário para projetar e configurar a instalação.

Esses anúncios complementam os esforços adicionais que os Estados Unidos estão realizando para apoiar a resiliência climática e a biodiversidade em ecossistemas críticos como a Amazônia e outros ao redor do mundo, incluindo:

#### **Escalando o financiamento para restaurar e conservar essas paisagens importantes**

Alavancar a demanda por créditos de carbono florestal de alta integridade. A Coalizão Redução de Emissões por meio do Avanço do Financiamento Florestal (LEAF), cofundada pelos Estados Unidos como uma coalizão de compradores do setor privado e do governo, anunciou recentemente um acordo de 180 milhões de dólares sobre créditos de carbono florestal de alta integridade com o estado do Pará. As receitas da transação de créditos gerados na escala de todo o estado, ao preço pioneiro de 15 dólares/tonelada de emissões evitadas, apoiarão a conservação da Floresta Amazônica. O acordo é o primeiro negócio da LEAF na Amazônia. As próximas etapas incluem consultas completas com as partes interessadas, validação do pro-



grama e verificação dos resultados sob o padrão ART-TREES. Acordos com outros estados da região amazônica são esperados nos próximos meses, começando pelo Acre, com interesse significativo do lado da demanda por créditos de alta integridade dos estados brasileiros.

#### **Novo Acordo - Quadro de Cooperação entre o DFC e o BNDES**

No mês passado, o DFC e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) assinaram um acordo de cooperação para aumentar e aprofundar as oportunidades de investimento no Brasil em setores relacionados ao clima. Esta nova parceria espera expandir o apoio a investimentos em conservação e restauração em escala no arco de reflorestamento da Amazônia e em outros importantes biomas ricos em biodiversidade.

#### **Lançamento de um laboratório de investimento em soluções baseadas na natureza**

O Instituto Itaúsa, o BB Asset, a Bloomberg Philanthropies e o Instituto Clima e Sociedade firmaram parceria com a USAID para estruturar um Laboratório de Investimentos em Soluções Baseadas na Natureza (SbN) com 2 milhões de dólares da USAID. O laboratório promoverá um ambiente propício para desbloquear o investimento privado em projetos de SbN, criando interação e colaboração entre diferentes fontes de fundos, fontes de capital e partes interessadas em SbN para criar instrumentos e transações financeiras inovadoras; identificar e desenhar modelos de negócios adequados, projetos padronizados e avaliação de impactos de projetos de SbN no Brasil; e enfrentar os desafios regulatórios e defender melhorias nas políticas.

#### **Lançamento de alianças pela Amazônia**

Esta iniciativa se baseará em uma parceria existente com o Centro Internacional de Agricultura Tropical (CIAT), que criou uma plataforma de ação coletiva para unir organizações

**“ Um país como os EUA, que produz impactos que têm relação direta com as mudanças climáticas, têm também a responsabilidade de investir em ações globais de mitigação, e a Amazônia está no centro das políticas da mudança climática ”**



do setor privado e da sociedade civil para desenvolver e identificar soluções inovadoras para o desenvolvimento sustentável e a conservação da Amazônia brasileira. Em sua fase anterior com o apoio da USAID, a Parceria acelerou 123 empresas de apoio à biodiversidade, alavancou 7,5 milhões de dólares em financiamento privado e apoiou a conservação de 39 milhões de hectares. A nova parceria da AFA expandirá a inovadora metodologia científica TerraBio da USAID-CIAT para medir o impacto da biodiversidade para projetos de investimento de impacto baseados na Amazônia.

A USAID fornecerá 2,6 milhões de dólares para o Projeto Rainforest Wealth, liderado pelo IMAFLORA em colaboração com o Instituto Socioambiental (ISA), que busca estabelecer modelos econômicos escaláveis para conservar florestas em pé, atender aos requisitos legais, melhorar o bem-estar da comunidade local e alcançar padrões de mercado responsáveis. O projeto visa expandir a rede Origens Brasil para facilitar o comércio justo de bens produzidos pela comuni-

dade, aumentando a participação e o compromisso corporativo dentro da rede. Também se concentra no fortalecimento das cadeias de valor de produtos florestais não madeireiros e na promoção da agroecologia entre agricultores familiares, comunidades tradicionais, assentados e quilombolas no norte e sudeste do Pará, trazendo-os para a rede Origens Brasil.

Anunciando 4 milhões de dólares para apoiar novos modelos de negócios que mantêm as florestas em pé e beneficiam empresas e famílias locais. A USAID está anunciando 4 milhões de dólares para apoiar um programa que está sendo desenvolvido em parceria com a organização local Conexsus para fortalecer os ecossistemas de negócios de bioeconomia na Amazônia brasileira, reforçando um novo modelo econômico que mantém a floresta em pé e alinha a conservação da biodiversidade com o crescimento econômico para que as empresas e famílias locais prosperem. Esta iniciativa se baseia em um Memorando de Entendimento assinado em março passado entre a Fundação Skoll e a USAID,

que reconheceu seu compromisso compartilhado de promover o desenvolvimento liderado localmente e expandir a coordenação para abordar questões de desmatamento e promover a igualdade de gênero globalmente.

A USAID está investindo 1,4 milhão de dólares na Assobio: A Chamada para a Sociobiodiversidade. Este projeto fortalecerá as cadeias de valor da bioeconomia com potencial para a conservação da floresta e da biodiversidade, aumentando a geração de renda e abordando a segurança alimentar no estado de Mato Grosso. O objetivo do projeto é fortalecer uma economia próspera de base florestal por meio da criação de novos arranjos público-privados que atraiam financiamento e promovam estratégias diversificadas para apoiar o manejo regenerativo da terra, o conhecimento empreendedor e o acesso a recursos financeiros e mercados para a agricultura familiar e os povos indígenas na região amazônica de Mato Grosso. Isso contribuirá significativamente para a conservação de aproximadamente um terço da floresta em Mato Grosso, uma

área de 8,9 milhões de hectares.

A USAID está investindo 2,8 milhões de dólares na atividade de Agricultura Regenerativa para a Conservação da Amazônia (ARCA). O programa ARCA promove soluções baseadas na natureza e restauração em zonas de amortecimento em torno de unidades de conservação, terras indígenas, quilombolas e assentamentos de reforma agrária em sete territórios em três estados amazônicos do Brasil – Mato Grosso, Maranhão e Pará, todos localizados no Arco do Desmatamento da Amazônia brasileira. O objetivo da ARCA é promover o uso sustentável da terra, a conservação da biodiversidade e a resiliência socioambiental de comunidades tradicionais por meio de capacitação, colaboração e inovação. A ARCA tem como objetivo ajudar a melhorar a gestão de mais de 19 milhões de hectares de terras na Amazônia, trabalhando com 40 Territórios Indígenas e Áreas Quilombolas.

O Departamento de Agricultura dos EUA (USDA) está apoiando os esforços para melhorar a eficiência dos fertilizantes. O USDA fez parceria com instituições brasileiras e americanas em um projeto de pesquisa conjunto inovador para melhorar a eficiência de fertilizantes, com o objetivo de combater as mudanças climáticas e a insegurança alimentar. O projeto, chamado “Fertilize for Life”, atualmente financiado em 1,2 milhão de dólares, faz parte da Iniciativa Fertilize Right do USDA, lançada em 2023 com o apoio do Desafio Global de Fertilizantes do Departamento de Estado dos EUA, e se concentra em permitir a cooperação em um uso da terra mais eficiente e ecológico, tem um potencial significativo para escalar a agricultura sustentável, melhorar a produtividade e os meios de subsistência dos agricultores, reduzindo as emissões de óxido nitroso.

O Departamento de Estado, por meio de um prêmio de 2,5 milhões de dólares para a Nature Conservancy (TNC), está apoiando os esforços para reduzir o desmatamento associado ao setor pecuário brasileiro, melhorando a rastreabilidade do gado em toda a cadeia de suprimentos. Essas intervenções visam apoiar a indústria pecuária a evitar 400 milhões de toneladas métricas de emissões de carbono por



“ *A questão da terra é chave para o combate à crise climática. Demarcar territórios indígenas e de comunidades tradicionais na Amazônia e garantir recursos para a sua proteção é o caminho. Precisamos fazer o dinheiro chegar nos povos da floresta, que são guardiões desses espaços, e nas estruturas de proteção, como o Ibama e o ICMBio*”

ano devido ao desmatamento e à perda de habitat, juntamente com reduções nas emissões de metano. Esse esforço está ancorado no estado do Pará, que estabeleceu a meta de alcançar a rastreabilidade total do gado até 2025.

#### **Aproveitando a tecnologia para apoiar a conservação e o manejo florestal**

Parceria com o Governo do Brasil para Combater a Extração Ilegal de Madeira e Comércio Associado. Os EUA estão cooperando para garantir que o Brasil possua tecnologia de ponta e capacidade operacional para identificação de madeira por meio de Espectrometria de Massa (DART-TOFMS: Análise Direta em Espectrometria de Massa em Tempo Real de Voo). Essa tecnologia identifica uma “impressão digital” química única para identificar espécies de madeira, fortalecendo a capacidade de monitorar e fazer cumprir a legalidade nas cadeias de fornecimento de madeira.

A Administração Oceânica e

Atmosférica Nacional (NOAA) está apoiando os esforços de mapeamento de áreas queimadas quase em tempo real para o Laboratório de Sensoriamento Remoto da Universidade Federal do Rio de Janeiro, fornecendo as principais observações de satélite usadas pelo Sistema Alarmes. O sistema gera atualizações diárias de mapeamento de áreas queimadas para os principais biomas ameaçados no Brasil, ajudando a informar a tomada de decisões no Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. Por mais de 15 anos, a NOAA também apoiou o programa de monitoramento de incêndios florestais por satélite no Instituto Brasileiro de Pesquisas Espaciais. Esse programa fornece informações críticas de detecção de incêndios quase em tempo real para a maior parte da América do Sul usando um conjunto de dados de satélite.

A USAID está investindo 7,8 milhões de dólares em sua parceria de longa data com o Serviço Florestal dos EUA para fortalecer a gestão do fogo no Brasil. A USAID e o Serviço Florestal

dos EUA apoiam as agências brasileiras na prevenção e resposta a incêndios florestais. Currículos de incêndio padronizados garantem que todos os bombeiros compartilhem uma linguagem comum e abordagens padronizadas, como o Sistema de Comando de Incidentes. O USFS promove o manejo inclusivo do fogo, capacitando mulheres e comunidades indígenas, incluindo a primeira brigada de incêndio indígena só de mulheres no Tocantins e no Maranhão.

### Entregando para comunidades locais e indígenas

A USAID está investindo 1,9 milhão de dólares para lançar a Aliança dos Povos Indígenas pelas Florestas da Amazônia Oriental. Essa aliança reunirá organizações que representam os povos indígenas para conservar, proteger e restaurar os recursos naturais em 14 territórios indígenas nos estados do Maranhão e Tocantins. O projeto cobrirá uma área total combinada de aproximadamente 2,5 milhões de hectares de terra que abriga uma população de aproximadamente 35.000 indivíduos de 11 grupos étnicos, bem como um grupo em isolamento voluntário.

Expandir o apoio aos programas existentes dos EUA, incluindo o Mecanismo de Acesso ao Financiamento dos Povos Indígenas (IPFAF). Este projeto visa aumentar o acesso ao financiamento para comunidades indígenas para conservação, restauração e manejo florestal com foco nos povos indígenas da Bacia Amazônica, bem como da Bacia do Congo e do Sudeste Asiático. A IPFAF também está trabalhando para aumentar a capacidade dos povos indígenas e suas organizações representativas de proteger e gerenciar de forma sustentável os recursos naturais em 27 milhões de hectares de paisagens florestais do sul do estado do Amazonas e em savanas e paisagens florestais do estado de Roraima.

A USAID está investindo 4 milhões de dólares para lançar a Atividade Tapajós pela Vida, que visa reduzir as ameaças à biodiversidade amazônica, melhorando o uso sustentável e a conservação de 7 milhões de

hectares de áreas protegidas e terras de povos indígenas e comunidades locais na bacia do rio Tapajós. Expandirá as cadeias de valor sustentáveis para produtos florestais, apoiará o turismo de base comunitária e melhorará a gestão territorial dentro da bacia hidrográfica.

A USAID investirá 1,4 milhão de dólares para lançar o projeto de bem-estar e gestão territorial nas bacias dos rios Negro e Xingu. Essa atividade busca fortalecer a capacidade dos povos indígenas das bacias dos rios Xingu e Rio Negro – e suas redes de parcerias – para implementar a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas (PNGATI) e seus instrumentos de gestão, como os Planos de Gestão Territorial e Ambiental. O fortalecimento da gestão ambiental desses territórios indígenas nas bacias do rio Negro e do Xingu poderia ajudar a gerenciar de forma sustentável aproximadamente 26 milhões de hectares de terras estrategicamente importan-

tes para a conservação da biodiversidade na Amazônia brasileira.

A USAID está investindo 2,6 milhões de dólares para lançar a atividade de Gestão Territorial Indígena Integrada, que apoiará organizações representativas indígenas no desenvolvimento de planos de gestão territorial e ambiental que incorporem a defesa de políticas em terras indígenas, aumentando a capacidade dos povos indígenas e suas organizações representativas de proteger e gerenciar de forma sustentável os recursos naturais em uma área total combinada de 27 milhões de hectares em paisagens florestais de sul do estado do Amazonas, e através da savana e paisagens florestais do estado de Roraima.

### Alavancando parcerias de ciência e tecnologia Brasil-EUA

Lançamento de Sistemas Avançados de Energia Zero Carbono na Amazônia. O Departamento de Energia dos EUA executará uma avali-

“ São anúncios extremamente importantes, e a maioria deles relacionados à proteção da Amazônia, à defesa da biodiversidade e combate ao desmatamento. O desmatamento é um dos principais fatores hoje de emissões de gás de efeito estufa no Brasil. Zerar o desmatamento é algo absolutamente possível”



ação da implantação de minirredes renováveis na região da Amazônia Legal com o objetivo de apoiar o Programa Energias da Amazônia do Brasil. Um programa emblemático do presidente Lula, Energias da Amazônia pretende diminuir os impactos sociais e ambientais negativos da região associados à dependência de combustíveis fósseis. Ao apoiar a implantação de energia limpa e confiável para comunidades vulneráveis na Amazônia, este projeto contribuirá para um desenvolvimento social e econômico mais rápido na região.

Promovendo a Cooperação One Health no Brasil e na Bacia Amazônica: A National Science Foundation e seus parceiros anunciarão 17 milhões de dólares para subsídios do Belmont Forum focados em cooperação climática, ambiental e de saúde. Destes, quase 3 milhões de dólares em financiamento são para projetos em todo o Brasil e na Bacia Amazônica.

Fornecer 1,4 milhão de dólares para reduzir a atividade criminosa organizada relacionada à mineração ilegal e ao tráfico de mercúrio. Os EUA estão promovendo o Estado de Direito e o desenvolvimento econômico na Amazônia brasileira. A mineração ilegal, muitas vezes marcada por sua afiliação a grupos do crime organizado, representa uma ameaça significativa à paz, à estabilidade e ao Estado de Direito, bem como ao meio ambiente, desde o desmatamento ilegal e a contaminação das fontes de água até a poluição do ar e a degradação da terra.

### **“Soluções baseadas na natureza que reduzam emissões”**

Todas essas ações, segundo o anúncio, são para “ajudar a acelerar os esforços globais para combater e reverter o desmatamento e implantar soluções baseadas na natureza que reduzam as emissões, aumentem a biodiversidade e construam resiliência a um clima em mudança”.

Na nota sobre o pacote, o governo americano lembra que “desde o primeiro dia do governo Biden-Harris, a luta contra as mudanças climáticas tem sido uma causa definidora da liderança e da presidência do presidente Biden”.

“Nos últimos quatro anos, o governo criou um novo manual que transformou o combate à crise climática em uma enorme oportunidade econômica – tanto em casa quanto no exterior. Depois de liderar a ação doméstica mais significativa sobre clima e conservação da história e liderar os esforços globais para enfrentar a crise climática, hoje o presidente Biden está viajando para Manaus, Brasil, onde se reunirá com líderes indígenas e outros”, diz a nota.

### **Repercussão**

A Agência Brasil ouviu o movimento Amazônia de Pé, que congrega 20 mil ativistas e cerca de 300 organizações. Sua porta-voz e diretora, Daniela Orofino, declarou que recebeu “com muita alegria a notícia dada pelo presidente Biden, de que os EUA irão apoiar o Fundo Floresta Tropical para Sempre, uma proposta encabeçada pelo governo brasileiro para financiamento multilateral da proteção das florestas tropicais. Essa é uma demanda que os povos tradicionais e a Amazônia de Pé estão levantando há algum tempo, para que o Fundo efetivamente saia do papel”.

“Um país como os EUA, que produz impactos que têm relação direta com as mudanças climáticas, têm também a responsabilidade de investir em ações globais de mitigação, e a Amazônia está no centro das políticas da mudança climática”, disse Orofino.

“A questão da terra é chave para o combate à crise climática. Demarcar territórios indígenas e de comunidades tradicionais na Amazônia e garantir recursos para a sua proteção é o caminho. Precisamos fazer o dinheiro chegar nos povos da floresta, que são guardiões desses espaços, e nas estruturas de proteção, como o Ibama e o ICMBio. Por isso, ficaremos atentas para que esse apoio seja implementado, ainda que com os desafios que virão com a mudança de governo norte-americano”, disse Daniela Orofino.

O secretário executivo do Observatório do Clima, Marcio Astrini, disse que o anúncio é positivo e pode consolidar políticas públicas que estão sendo estruturadas na região.

“São anúncios extremamente importantes, e a maioria deles relacionados à proteção da Amazônia, à defesa da biodiversidade e combate ao desmatamento. O desmatamento é um dos principais fatores hoje de emissões de gás de efeito estufa no Brasil. Zerar o desmatamento é algo absolutamente possível. O atual governo, inclusive, vem diminuindo de forma bastante substancial as taxas de desmatamento, nos dois últimos anos, cerca de 45% de redução, e esses investimentos vão permitir que essas políticas de combate ao desmatamento continuem fortalecidas e também que uma economia de floresta seja colocada no local, nos lugares que hoje você tem o desenvolvimento de uma economia de destruição. Portanto, a preservação se torna uma forma de gerar renda, de gerar benefícios, para a população, e é isso que a gente precisa, combater o crime, gerar renda através da proteção da floresta. Esse tipo de anúncio que está sendo feito vai nessa direção e por isso a importância”.

### **O secretário executivo da organização não governamental dedicada à redução de emissões ressaltou o “desaque bastante especial vai para a questão do Fundo Amazônia”.**

“Os Estados Unidos chegaram a já depositar cerca de US\$ 50 milhões no Fundo Amazônia nesse último período. Pelo anúncio parece que a gente vai ter mais um depósito de US\$ 50 milhões e o Fundo Amazônia tem demonstrado ao longo do tempo que é um instrumento fundamental para o combate ao desmatamento e combate ao crime ambiental, uma vez que quase todos os desmatamentos da Amazônia acontecem na ilegalidade”.

### **\* Com informações da Embaixada dos EUA e da Agência Brasil**



## Transformar a Amazônia em Patrimônio Mundial é transferi-la a países ricos, alerta Aldo Rebelo

Ex-ministro denuncia tentativa de interferência externa no bioma brasileiro com vistas às suas riquezas naturais

Por **Melissa Rocha**, do Sputnik Brasil

**O** ex-ministro diz que se a Amazônia for declarada um bem comum, a biodiversidade "não vai ser do mundo; vai ser dos laboratórios norte-americanos, dos laboratórios europeus".

A Amazônia é a maior floresta tropical do mundo, que se estende pela bacia hidrográfica do rio Amazonas. Rica em biodiversidade, ela é lar de milhões de espécies de animais e plantas, e seu território compreende seis países da América do Sul: Brasil, Peru, Bolívia, Equador, Colômbia e Venezuela.

A maior parte do território da Floresta Amazônica, no entanto, fica no Brasil. Segundo dados do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), a Amazônia Legal – nomenclatura usada pelo governo

brasileiro para demarcar os estados do país que a floresta engloba – compreende 59% do território brasileiro, distribuída por 775 municípios e com uma extensão de 5 milhões de quilômetros quadrados.

A dimensão ecológica e estratégica da Floresta Amazônica é cobiça de líderes estrangeiros, entre eles o presidente francês, Emmanuel Macron, que em mais de uma ocasião afirmou que a Amazônia é de todos.

Em entrevista ao podcast Mundioka, da Sputnik Brasil, Aldo Rebelo, ex-ministro e autor do livro "Amazônia: a maldição das Tordeilhas", publicado em janeiro, explicou quais as principais ameaças à Floresta Amazônica e como os países amazônicos lidam com tentativas de interferência externa.

“

*Não é por acaso que a Amazônia hoje é a agenda da hora, a agenda do dia no mundo da diplomacia, porque na Amazônia vai se realizar a Conferência de Mudanças Climáticas das Nações Unidas (COP30) no próximo ano"*

Rebello afirma que "não há nada que tenha a relevância geopolítica da Amazônia nem no Brasil nem no mundo". Isso porque, segundo ele, o mundo hoje vive duas carências fundamentais: a necessidade da segurança energética e da segurança alimentar.

"Quando você trata de segurança alimentar, você tem na Amazônia a maior fronteira de agropecuária do mundo, de terras disponíveis, de água, de recursos naturais que podem ser usados para a segurança alimentar, ou seja, para a agricultura e a pecuária. E quando você trata de segurança energética, você tem na Amazônia os minérios necessários para a transição energética, para fazer uma bateria, para qualquer forma de energia alternativa", explica.

Ele acrescenta que os minérios das terras-raras, os chamados minérios estratégicos, estão na Amazônia e são essenciais para a segurança energética.

"Não é por acaso que a Amazônia hoje é a agenda da hora, a agenda do dia no mundo da diplomacia, porque na Amazônia vai se realizar a Conferência de Mudanças Climáticas das Nações Unidas (COP30) no próximo ano."

Segundo Rebello, antes, os principais atores que cobiçavam a Amazônia eram os impérios coloniais de Portugal e Espanha, do Reino Unido, que dominou a Guiana Inglesa (atual Guiana), da Holanda, que dominou o Suriname, e da França, que domina a Guiana Francesa, que até hoje segue como um território ultramarino francês.

"A França ficou com essa Guiana, mas o que ela reivindicava era vir até o Pará e subir até a fronteira do Amazonas com Roraima. Mas a diplomacia brasileira terminou protegendo esse território e ficando com a França apenas nesse departamento que hoje é a Guiana Francesa."

Entretanto, ele aponta que hoje essa cobiça parte principalmente dos EUA, que têm suas pretensões na região, mas "não conseguem estendê-las além, por exemplo, do petróleo da Guiana, que está sendo explorado pela petrolífera norte-americana ExxonMobil".

*“Quando você trata de segurança alimentar, você tem na Amazônia a maior fronteira de agropecuária do mundo, de terras disponíveis, de água, de recursos naturais que podem ser usados para a segurança alimentar, ou seja, para a agricultura e a pecuária”*

Questionado sobre a atuação das organizações não governamentais (ONGs) na Amazônia, Rebello afirma que tem uma postura crítica quanto a isso. Ele diz que há ONGs "que são entidades filantrópicas, entidades humanitárias, entidades que muitas vezes substituem as ausências e as omissões do Estado na assistência à população mais pobre". Porém, afirma que há ONGs que atuam com objetivos geopolíticos, que tentam criminalizar a agricultura, a pecuária e a atividade econômica na Amazônia como se fossem "um risco para o meio ambiente".

"Elas essas ONGs não estão na Amazônia em busca do nosso bem, estão interessadas na nossa biodiversidade, nos nossos minérios, na nossa

água, na nossa fronteira agrícola, nos nossos bens. E o Brasil tem que ficar atento e tem que saber fazer a diferença entre uma coisa e outra."

Sobre as declarações de que a Amazônia é um patrimônio do mundo, Rebello ironiza essa afirmação e diz que "gostaria que os recursos naturais da Alemanha ou o conhecimento gerado pelas empresas alemãs na área de biotecnologia, que o conhecimento acumulado pelos institutos de pesquisa da Alemanha, também fossem bens comuns".

«Que as patentes dos medicamentos das grandes farmacêuticas alemãs fossem quebradas e esses medicamentos sem patentes fossem um bem comum. E que na França, por exemplo,



o conhecimento gerado na indústria química, farmacêutica ou na própria indústria militar também fosse um bem comum. Que a Guiana Francesa fosse declarada também um bem comum da humanidade."

Ele acrescenta que ser declarada um patrimônio internacional significa que a Amazônia será dos países ricos.

"A biodiversidade não vai ser do mundo. Vai ser dos laboratórios norte-americanos, dos laboratórios europeus, que dominam a tecnologia para transformar a biodiversidade em fármacos, em química fina. Por essa razão, o Brasil não deve admitir, nem para começar, relativizar a sua soberania sobre a Amazônia", adverte o ex-ministro.

Rebello diz ainda que o fato de Macron afirmar que a França não vai apoiar um acordo entre a União Europeia (UE) e o Mercosul, por causa do desmatamento na Amazônia, reflete "dois graves defeitos no caráter dos homens e principalmente dos homens públicos, que é o cinismo e a hipocrisia".

“

***A França ficou com essa Guiana, mas o que ela reivindicava era vir até o Pará e subir até a fronteira do Amazonas com Roraima. Mas a diplomacia brasileira terminou protegendo esse território e ficando com a França apenas nesse departamento que hoje é a Guiana Francesa”***

“A França desmatou tudo, a Alemanha desmatou tudo, não tem mais vegetação nativa, floresta nativa nesses países. Como é que eles querem colocar o Brasil no banco dos réus? Se o

Brasil for cobrar do produtor de vinho francês que chega no Brasil a área desmatada, o Brasil não compra nada, porque foi tudo área desmatada. Você não tem atividade agrícola em área de onde não foi removida a vegetação nativa. Essa é a lei do mundo. A pecuária e a agricultura são culturas que são aplicadas depois de removida a vegetação nativa."

Ele afirma que esses países "não têm nenhum tipo de proteção do meio ambiente na propriedade" agrícola, enquanto o Brasil destina 80% da área da propriedade para a proteção do meio ambiente.

"O proprietário agrícola na Amazônia só pode usar 20% da sua área. E na França pode usar quanto? 100%. E na Alemanha, 100%? E na Suíça, 100%? Não. Isso aí é uma mistura de cinismo com hipocrisia que o Brasil deve responder dizendo: "Tudo bem, então vamos estabelecer uma legislação florestal do mundo, um código florestal do mundo para ver quem é que tem compromisso com o meio ambiente", declarou.

Para Rebello, um dos compromi-



***“Que as patentes dos medicamentos das grandes farmacêuticas alemãs fossem quebradas e esses medicamentos sem patentes fossem um bem comum. E que na França o conhecimento gerado na indústria química, farmacêutica ou na própria indústria militar também fosse um bem comum. Que a Guiana Francesa fosse declarada também bem comum”***

tos do Brasil para que a COP30 seja realmente eficaz é "combinar o direito ao desenvolvimento com a proteção do meio ambiente", evitando o que ele aponta como tentativas estrangeiras de congelar o poder econômico, convertendo alguns países em países industrializados, consumidores de matérias-primas e de recursos naturais, e outros países cuja industrialização seria uma ameaça ao meio ambiente, mas que estão destinados a fornecer recursos naturais aos países industrializados.

"A industrialização da França, da Alemanha e dos Estados Unidos não ameaçou nem ameaça o meio ambiente. A industrialização do Brasil, o desenvolvimento do Brasil é que é uma ameaça ao meio ambiente. Não, o Brasil não pode aceitar isso. O Brasil tem que combinar a sua responsabilidade com a proteção do meio ambiente, mas com o direito ao desenvolvimento, principalmente na Amazônia."

Questionado se houve alguma pressão externa envolvendo a recente aprovação do Marco Temporal, Rebelo enfatiza que "todo mundo sabe que há uma pressão internacional voltada para imobilizar parcelas importantes do território nacional em terras indígenas".

«Se a terra indígena resolvesse o problema dos indígenas, os Yanomami moravam no paraíso, porque tem à disposição 9 milhões e 600 mil hectares, ou seja, um território maior do que o estado de Santa Catarina. [...] e qual é o resultado? Uma população carente, subnutrida, que tenta em parte sobreviver garimpando, porque não tem outro meio de sobrevivência. Agora você vai na Amazônia, onde há uma área para aproveitamento de minério ou de agricultura, tem uma terra indígena, tem uma unidade de conservação, tem uma flora, uma floresta nacional.»

Ele sublinha que as populações

indígenas têm o pior índice de alfabetização e carecem de água tratada, luz elétrica e saneamento básico, uma situação que só quem tira proveito são "executivos das ONGs que moram em Paris, alguns em São Paulo".

«Ontem eu recebi um áudio de um líder indígena, dos Munduruku, de uma aldeia lá de Jacareacanga, em dificuldade econômica porque não tem uma atividade econômica regularizada. Não podem usar, inclusive, a própria possibilidade de explorar o ouro dentro da terra indígena [...] porque está proibido. Se você regulariza, você permite que o índio use o seu ouro, fiscaliza, coloca o meio ambiente para que haja um uso ambientalmente responsável e socialmente responsável. Mas não estão interessados nisso. Querem que o índio viva na idade do Neolítico, com coleta e com caça, que é um estilo que o índio não quer mais adotar", critica Rebelo.

# Petróleo na foz do Amazonas: divergências sob águas profundas

Exploração contrapõe uma concepção econômica do negócio a uma visão ambiental dos combustíveis fósseis; nova polêmica gira em torno da existência ou não de corais na região

Por **Liana Melo**, do Colabora

**A** foz do Amazonas é uma dessas grandezas tão grandiosas que ultrapassam as percepções fisiológicas do homem”. Em “O turista aprendiz”, o escritor Mário de Andrade eternizou o gigantismo daquele que é considerado o rio mais extenso do mundo. Braços d’água doce desembocam juntos milhões de litros de água no Oceano Atlântico, marcando o fim de um percurso hídrico de cerca de sete mil quilômetros de extensão.

Além da grandiosidade e do gigantismo, a foz do Amazonas virou alvo de uma disputa cerrada entre entidades de defesa do meio ambiente e cientistas. Visões opostas sobre o mesmo tema: a existência ou não de recife de corais em uma reserva prospectada pela Petrobras, de 5,6 bilhões de barris de óleo petróleo.

*“Não existe coral na foz do Amazonas. Isso não é verdade. Isso é fake news científica. Existem rochas carbonáticas semelhantes a corais, mas não são corais. São rochas antigas”*

A briga se arrasta desde 2013, quando o Instituto Brasileiro e dos Recursos Naturais e Renováveis (Ibama) negou a primeira licença ambiental para o início das explorações. A

empresa recorreu: “Vamos fazer tudo que o Ibama pedir”, afirma a diretora executiva de Exploração e Produção da Petrobras, Sylvia Anjos. Entre as exigências do órgão, está a adequação do aeroporto de Oiapoque (AP) e a construção de um centro de resgate de fauna na cidade e outro em Belém (PA).

Não foi a primeira vez que o Ibama negou a permissão para atividades de perfuração na região. Cinco anos antes, em 2018, a empresa Total teve recusada a emissão de licença para explorar cinco blocos na Foz do Amazonas. Para a Petrobras, a licença do Ibama é fundamental, porque a tendência, a partir de 2029, é de uma queda na produção brasileira de petróleo, o que pode vir a afetar a autossuficiência do país.

“Não existe coral na foz do Amazonas. Isso não é verdade. Isso é fake news científica. Existem rochas

*“O Brasil tem condições de liderar pelo exemplo uma transição energética global e ser protagonista na agenda climática, mas poderá ir de herói a pária climático caso o governo insista na abertura de uma nova fronteira de petróleo na Amazônia”*



carbonáticas semelhantes a corais, mas não são corais. São rochas antigas”, contesta Anjos, que, na última semana, requeitou o debate numa palestra na Coppe/ UFRJ. Há nove anos, a Petrobras vem pesquisando e não identificou, nesse período, a presença de corais na região. O estudo de impacto foi feito com o Cenpes, o centro de pesquisa da empresa, e mais dez instituições científicas.

Em resposta, a coordenadora da frente de Oceanos do Greenpeace Brasil, Mariana Andrade, respondeu que a região da Foz do Amazonas já é alvo da exploração de petróleo e gás há anos. “Insistir nessa atividade em uma região de tamanha sensibilidade ecológica e de importância para a conectividade biológica na região do Atlântico é um equívoco estratégico e ambiental”. A mensagem que o Brasil transmite ao se apressar para explorar petróleo na Foz do Amazonas sugere, diz ela, “negacionismo científico”.

Os dois lados admitem que a água da região é turva, devido à enorme quantidade de sedimentos e nutrientes que a foz do Amazonas recebe, o

que reduz a penetração da luz solar. Descoberto em 2016, o recife de corais ainda precisa ser mais estudado e catalogado pela ciência. Tanto a Petrobras quanto o Greenpeace lançaram derivadores ao mar, equipamentos oceanográficos, tipo boias. Os da Petrobras não tinham por objetivo investigar a incidência ou não de corais, mas sim o movimento que o óleo faria levado por marés em caso de um vazamento.

Os estudos feitos pelo Greenpeace, em parceria com o Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá (Iepa), indicaram que, num eventual vazamento próximo aos sistemas recifais do Amazonas, o óleo poderia chegar à costa da Guiana Francesa, cuja boa parte do litoral é coberta por manguezais. “Os impactos ao meio ambiente não reconhecem fronteiras”, afirma Andrade, reconhecendo que a área abriga rochas calcárias, mas também peixes, corais e muitos organismos sensíveis a perfurações, como a exploração de óleo e gás.

Os acidentes, segundo Sylvania, ocorrem, com mais frequência, no

transporte dos insumos. Disse ainda que a Petrobras já perfurou mais de 5,4 mil poços marinhos, sendo 3 mil deles em águas profundas, e que “não é no momento da perfuração que ocorrem os acidentes”.

“O Brasil tem condições de liderar pelo exemplo uma transição energética global e ser protagonista na agenda climática, mas poderá ir de herói a pária climático caso o governo insista na abertura de uma nova fronteira de petróleo na Amazônia”, declarou a diretora de Campanhas do Greenpeace Brasil, Raíssa Ferreira, em resposta à acusação de “fake news” pela diretora da Petrobras.

O fim do debate depende do novo parecer do Ibama, que ainda não tem data para sair. Se o órgão der o aval, o debate mudará de patamar, colocando um ponto final na briga de narrativas. O vínculo entre clima e economia é indissociável, mas, dependendo do assunto, a polêmica entre visões de mundo cria uma separação entre os temas.

# Nova meta climática brasileira acelera economia verde e convida jovens à liderança dessa transformação

Por Vinicius Tondolo

**D**urante a COP29, o Brasil anunciou sua nova meta climática: reduzir em 67% as emissões de gases de efeito estufa até 2035. Esse compromisso, embora significativo, ainda está aquém de metas mais ambiciosas, como a do Reino Unido, que projeta uma redução de 81%. No entanto, essa decisão marca um passo importante em direção a um desenvolvimento econômico mais sustentável e resiliente. Trata-se de uma transição urgente e transformadora que impactará não apenas o meio ambiente, mas também o mercado de trabalho, ao impulsionar a criação de uma economia forte, baseada em sustentabilidade, inovação e equilíbrio ambiental.

Essa transição promoverá o crescimento de empregos verdes em setores estratégicos para nossa economia, como energias renováveis, tecnologias limpas e eficiência energética. Além disso, exigirá um nível mais elevado de consciência ambiental em toda a cadeia produtiva global. Vamos aprender

técnicas que aliam geração de renda à conservação ambiental, ao equilíbrio ecológico e a uma visão de neutralização, ainda que não eliminemos completamente o uso de combustíveis fósseis. Contudo, para que essa transformação seja justa e inclusiva, é indispensável investir em educação e formação técnica.

Na Demà, por exemplo, a capacitação de jovens é uma prioridade inegociável. A organização, com mais de três décadas de atuação, transforma realidades por meio da educação e do trabalho, preparando jovens pelo Brasil para que sejam protagonistas no desenvolvimento de uma economia de baixo carbono, alinhada às demandas do futuro. Além disso, trabalhamos com iniciativas de capacitação comprometidas com justiça social e empoderamento econômico, que oferecem ferramentas para que os jovens possam não apenas se adaptar, mas liderar a transição para uma economia verdadeiramente verde e inclusiva.

Essa nova meta climática também reforça a necessidade de adaptar o sistema educacional às demandas de um mercado que valoriza práticas sustentáveis. É preciso criar um ambiente em que os novos talentos possam se desenvolver e inovar, garantindo um equilíbrio entre crescimento econômico e preservação ambiental. Ainda que haja incertezas sobre como ou se o Brasil alcançará a meta estabelecida, uma coisa é certa: investir em educação e formação técnico-profissional será decisivo para construir um futuro mais sustentável, em que jovens talentos liderem a transição para uma economia equilibrada e resiliente.

*\* Vinicius Tondolo é diretor executivo de Educação da Demà, mestre em Comunicação, docente e especialista em Objetivos de Desenvolvimento Sustentável pelo curso de formação internacional MAIA.*

# RDM

28 anos

BRASÍLIA | RIO DE JANEIRO | SÃO PAULO | CUIABÁ



**Grupo RDM (Rede de Mídias Brasil), há 28 anos ininterruptos, é o maior sucesso editorial do Centro-Oeste brasileiro. Neste ano de 2024, assumimos a posição de um grupo nacional de comunicação social, com escritórios editoriais no eixo Brasília-Rio-São Paulo, e daqui, para o mundo via internet. GRUPO RDM Brasil, orgulho de ser desta terra!**

#### BRASÍLIA-DF

📍 SHS Quadra 06 - Bloco F - Sobre Loja, Complexo Brasil 21  
☎ Tel.: (61) 2193.1409 - 98160-3377 - CEP 70.316-102  
@ midia@revistardm.com.br

#### RIO DE JANEIRO-RJ

📍 Rua Visconde de Pirajá, 495 - Ipanema  
☎ Tel.: (61) 98160-3377 - CEP 22.401-003  
@ midia@revistardm.com.br

#### SÃO PAULO-SP

📍 Alameda Santos, 1817 Cj 112 - Cerqueira Cesar  
☎ Tel.: (61) 98160-3377 - CEP 01.419-909  
@ midia@revistardm.com.br

#### CUIABÁ-MT

📍 Rua Hermenegildo Correia Galvão, 147 - Bairro Santa Rosa  
☎ Tel.: (65) 3623-1170 9682-1470 - CEP 78.040-240  
@ midia@revistardm.com.br

# INCÊNDIO FLORESTAL TAMBÉM É SUA RESPONSABILIDADE

O Governo de MT  
está preparado para  
combater as queimadas.  
Faça sua parte.

Denuncie

# 193

**Novo período proibitivo**

Cerrado e  
Amazônia 01/07 a 30/11

Pantanal 17/06 a 31/12



**Governo de  
Mato  
Grosso**